



A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UFRGS: UMA OPORTUNIDADE PARA (RE)PENSARMOS NOSSAS POSTURAS

LUCIANE BELLO

Resumo: A inclusão de estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um desafio tanto para estes quanto para a Instituição que os acolhe. As teorias e conhecimentos que circulam pelos espaços universitários, a partir da implantação do sistema de reserva de vagas, passam a ser (re)pensados e (re)discutidos. A convivência com a diversidade através de trocas com esses estudantes e suas culturas no ambiente acadêmico nos desafia ao combate e diminuição das desigualdades, porque esta diversidade nos enriquece e provoca nossas certezas. A permanência de estudantes indígenas no ensino superior, com diminuição de evasão e retenção, seja por dificuldades financeiras e/ou acadêmicas, deve ser um objetivo a ser perseguido por técnicos, docentes e gestores desta Universidade.

Palavras-chave: Ação Afirmativa, Ensino Superior, Educação Indígena,

Sou o que se chama de pessoa impulsiva. Como descrever? Acho que assim: vem-me uma idéia ou um sentimento e eu, em vez de refletir sobre o que me veio, ajo quase que imediatamente. O resultado tem sido meio a meio: às vezes acontece que agi sob uma intuição dessas que não falham, às vezes erro completamente, o que prova que não se tratava de intuição, mas de simples infantilidade. Trata-se de saber se devo prosseguir nos meus impulsos. E até que ponto posso controlá-los. [...] Deverei continuar a acertar e a errar, aceitando os resultados resignadamente? Ou devo lutar e tornar-me uma pessoa mais adulta? E também tenho medo de tornar-me adulta demais: eu perderia um dos prazeres do que é um jogo infantil, do que tantas vezes é uma alegria pura. Vou pensar no assunto. E certamente o resultado ainda virá sob a forma de um impulso. Não sou madura bastante ainda. Ou nunca serei. (*Clarice Lispector*)

1. De quem é o desafio da inclusão de estudantes indígenas na UFRGS?

Antes da aprovação em julho de 2007 da Decisão 134/2007 do Conselho Universitário (CONSUN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o sistema de reserva de vagas, conhecido por “cotas” era discutido intensamente tanto externa, através das mídias, quanto internamente na Universidade, através de seminários, debates e estudos.

Hoje, em 2009, a discussão sobre a inclusão de índios, negros, pobres e outras minorias na UFRGS é bem pequena. Entretanto percebemos que a desigualdade de oportunidades e a necessidade de inclusão destes segmentos da população na educação superior e no mercado de trabalho, tem sido objeto de discussões acadêmicas e profissionais em outras instituições. A partir das novas conexões e saberes que vem se constituindo, é nosso compromisso problematizarmos esta questão, ou seja, é um dos desafios que vem se apresentando neste novo cenário.

Penso que são importantes maiores investimentos no ensino fundamental da rede pública de ensino, mas percebo a urgência da democratização do acesso e da permanência na Universidade como forma de reparação histórica, incentivo à diversidade e rompimento com a desigualdade, para uma sociedade mais democrática e socialmente justa.

A implantação do sistema de reserva de vagas nas universidades, como foi proposto através do Decreto 4228 de 13 de maio de 2002, que determina a implementação do Programa Nacional de Ações Afirmativas na Administração Pública Federal, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi adotado em 2007 e tem como objetivo a democratização deste acesso e permanência.

A Secretaria de Assistência Estudantil da UFRGS tem contato diário com estudantes que solicitam os auxílios para alimentação, moradia, bolsa permanência, saúde, transporte e creche, porque tem o compromisso de viabilizar a permanência dos mesmos na universidade, inclusive dos estudantes do Programa de Ações Afirmativas. Segundo Arabela C. Oliven, o olhar dos estudantes, técnicos e docentes na Universidade terá que ser diferente porque:

É importante deixar claro que somos todos brasileiros, mas de cores diferentes e se essas diferenças têm servido como critério para que profundas desigualdades sociais sejam mantidas em termos estruturais e reproduzidas em nosso cotidiano, são as desigualdades que devem ser combatidas, não as diferenças, essas só nos enriquecem. (OLIVEN, 2007, p. 49).

Percebemos recuos dos estudantes indígenas, em vários momentos, e também nas nossas tentativas enquanto técnicos, tutores e monitores de auxiliá-los na adaptação à Universidade e ao curso. A compreensão sobre estes recuos só está sendo possível com o passar do tempo, baseada na busca permanente, tanto em livros, artigos, como em contato com grupos de pessoas que têm maior proximidade com a realidade dos povos indígenas e, principalmente, com os estudantes indígenas que ingressaram em nossa Universidade.

Bergamaschi (2005, p. 222) nos aponta que, “a ambigüidade, marca forte da pessoa Guarani aparece na escola, também uma forma de a tornarem sua, pois essa é uma característica do seu modo de viver, essa forma ambígua de ser-estar.” Este é um movimento ou sentimento que penso estar acompanhando os estudantes indígenas no seu cotidiano na Universidade. Os desafios são diários para eles, mas não menores para quem já estava na Universidade, pois segundo a autora, a desacomodação de crenças e o incômodo de enfrentar a diferença acabam gerando discriminações.

2. Sobre a experiência com estudantes indígenas na UFRGS

...uma reivindicação constante que representantes do povo Kaingang têm levado para reuniões com gestores das políticas que tratam da educação escolar é o ensino superior, pois intuem da importância de profissionais formados para atuarem a favor dos povos indígenas em diferentes instâncias, além da escolar. (BERGAMASCHI, 2005, p. 186)

O ingresso dos estudantes indígenas no Concurso Vestibular de 2008 foi o primeiro após a implantação do sistema de reserva de vagas na UFRGS aprovado pela Decisão 134/2007 do Conselho Universitário.

Dez cursos foram indicados pelas comunidades indígenas em encontro no mês de novembro de 2007 com a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, criada também através da Decisão 134/ 2007, foram eles: Medicina, Odontologia, Direito, Letras, História, Pedagogia, Enfermagem, Agronomia, Matemática e Comunicação Social – Jornalismo. Ingressaram nove indígenas, sendo oito do povo Kaingang e um Guarani. Em nova reunião com as lideranças indígenas ao final de 2008, para definição dos cursos que seriam oferecidos no Concurso Vestibular 2009, mantiveram-se oito dos cursos escolhidos em 2008, com exceção de Jornalismo e Matemática e foram indicados os cursos de Nutrição e Ciências Sociais, conforme quadro a seguir:

CURSOS	Vagas 2008	Vagas 2009
Agronomia	01	01
Ciênc. Jurídicas e Sociais - Direito - Diurno	01	01
Ciências Sociais – Licenciatura - Diurno	-	01
Comunicação Social - Jornalismo	01	-
Enfermagem	01	01
História – Licenciatura - Diurno	01	01
Letras - Licenciatura	01	01
Matemática - Licenciatura - Diurno	01	-
Medicina	01	01
Nutrição	-	01
Odontologia	01	01
Pedagogia	01	01
Total de Vagas	10	10

Fonte: <http://www.ufrgs.br/coperse/pseindigenas/2008/inicial.htm>
http://www.ufrgs.br/coperse/pseindigenas/2009/edital_indigenas_2009.doc

A seleção para os estudantes indígenas foi realizada de forma diferenciada dos demais candidatos, o Processo Seletivo constituiu-se de duas Provas, sendo uma prova de Língua Portuguesa, com vinte e cinco questões de escolha múltipla, mais a prova de Redação, na modalidade dissertativa.

Art. 12 - No ano de 2008, serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas cuja forma de distribuição será definida pelo CEPE, ouvidas as comunidades indígenas e a COMGRAD dos cursos demandados . A partir do ano de 2009 este número de vagas poderá ser alterado.

§1º - Institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, que terá sob sua responsabilidade os processos seletivos dos estudantes indígenas, bem como o seu acompanhamento e inserção no ambiente acadêmico. (Decisão 134/2007-CONSUN)

Além da criação das dez vagas para estudantes indígenas conforme definido na Decisão do CONSUN/ UFRGS, ocorreu a ocupação das vagas no Concurso Vestibular na seguinte proporção: 70% (setenta por cento) para o acesso universal e 30% (trinta por cento) para o acesso universal e reserva de vagas, sendo 15% (quinze por cento) para egressos do ensino público e 15% (quinze por cento) para egressos do ensino público autodeclarados negros.

Os alunos indígenas estão sendo acompanhados pela Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena, pelos tutores (docentes) e monitores (alunos) indicados pelos coordenadores de cursos para acompanhar cada estudante. Os técnicos (Assistentes Sociais, Psicólogas e Pedagogas) da Secretaria de Assistência Estudantil orientam os estudantes na compra de materiais e equipamentos, financiados por verbas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), além de acompanharem o desempenho acadêmico destes estudantes indígenas a cada semestre.

Em 2008 foram realizadas reuniões permanentes da Comissão com os estudantes indígenas, tutores e monitores para detectar as dificuldades encontradas em relação à sua permanência na Universidade, tais como o conteúdo, material, equipamentos, transporte, alimentação, moradia, língua estrangeira, entre outros.

Percebemos no grupo de tutores e monitores um comprometimento e vontade de acertar, apesar das dificuldades. O tempo e os hábitos destes estudantes são muito diferentes do que estamos acostumados a vivenciar na Universidade, em vários momentos eles nos pedem “paciência”, porque o tempo que eles precisam para se adaptar e “se mostrar” como realmente são, precisa ser maior. O que nos faz lembrar Maffesoli (1996) quando afirma:

Não sendo nada, estamos sempre em outro lugar além de onde nos esperam, somos sempre outra coisa além do que nos crêem ser. Somos vários... Em cada um desses casos, trata-se de sublinhar o aspecto plural da pessoa, o fato de que ela é algo diferente do que se deixa ver. (MAFFESOLI, 1996, p. 313)

Tanto os tutores quanto os monitores da maioria dos estudantes indígenas estão registrando dificuldades de contato com os mesmos, porque eles não atendem celular, não comparecem nos horários dos encontros combinados e muitas vezes não justificam a ausência. Alguns destes estudantes chegam a dizer que fogem do monitor e do tutor porque precisam ir às aulas, estudar para as provas e fazer trabalhos. Enfim, eles não têm tempo e chegaram a sugerir a extinção do papel do tutor e do monitor. Há a necessidade de qualificação dos tutores e monitores para que o objetivo de auxiliar na conclusão de curso dos estudantes indígenas seja atingido.

Situações que ocorrem normalmente com os estudantes, passam a ter um outro olhar por alguns servidores desta Instituição, tanto técnicos quanto docentes, que precisam auxiliar os novos estudantes. Podemos perceber isto quando no início de cada semestre eles têm que encontrar os locais onde são ministradas as aulas. Normalmente as informações não estão disponibilizadas na página da UFRGS no momento da matrícula, pois cada secretaria de curso faz a distribuição de salas e divulga de forma diferenciada.

Muitos dos estudantes não encontram as salas, não entendem os códigos de horários das disciplinas (quatro números, sendo que um significa o dia da semana, outros dois o horário da aula e o último o número de créditos da disciplina), outros tantos não sabem quais linhas de ônibus fazem os percursos desejados, pois a UFRGS oferece disciplinas em variados campi (Centro, Saúde, Vale, Agronomia, Olímpico). Mas, como uma tutora comentou em reunião: “Sempre vi alunos com dificuldades no nosso curso, porque agora tenho que fazer algo diferente para um estudante indígena?”

A competitividade é algo que chama muita atenção entre os alunos no meio Universitário, talvez por motivação do mercado de trabalho que também é competitivo. Porém, o estudante indígena não consegue entender por que o colega não quer ajudá-lo, já que a proposta é de que eles voltem para as suas comunidades, portanto, não representariam uma ameaça futura no mercado de trabalho. Um aluno indígena ficou surpreso quando no primeiro

dia de aula não conseguiu copiar o que estava sendo passado pelo professor, pediu o caderno emprestado ao colega que estava sentado ao seu lado e recebeu como resposta: “Não tenho.”

Em reuniões com os tutores e monitores, os estudantes indígenas já colocaram que não têm o hábito de pensar no amanhã, não sabem administrar dinheiro e não têm intimidade com a burocracia. Para receberem a bolsa permanência eles precisaram abrir uma conta no banco. No primeiro momento em que se dirigiram à agência bancária, lhes foram solicitados pelo atendente alguns documentos para efetivar a conta, documentos estes que estão acessíveis para a maioria das pessoas, mas os indígenas têm dificuldade de apresentar, como o comprovante de residência, tal como o banco exigia: conta de luz, água, telefone.

Após conseguirem os documentos, os alunos se dirigiram novamente ao banco e chegando lá, o atendente solicitou o nome e telefone de uma pessoa para confirmação das informações prestadas. Um dos alunos ficou muito irritado e disse: “Por que não pediram tudo que era preciso de uma só vez? Quando eu trazer estes documentos, vocês vão pedir outros? Não pode ser assim.”

Entrou em conflito com o atendente, que se recusou a continuar atendendo-o. O aluno saiu do banco e solicitou “socorro” à Secretaria de Assistência Estudantil, que já havia feito contato anterior com o gerente do banco e solicitado uma atenção especial aos alunos indígenas pelas suas peculiaridades.

Acompanhamos o aluno que ficou desafiando o atendente durante todo o período de efetivação da conta. O atendente ficou totalmente transtornado, o que gerou um sentimento de orgulho no indígena que dizia: “Olha só que bobão, está quase chorando.”

Os desafios a serem enfrentados pelos estudantes são muitos como aponta Souza Lima porque:

Ao *incluir* os indígenas nas universidades há que se re-pensar as carreiras universitárias, as disciplinas, abrir novas (e inovadoras) áreas de pesquisa, selecionar e repensar os conteúdos curriculares que têm sido ministrados, e testar o quanto estruturas, que acabaram se tornando tão burocratizadas e centralizadoras, podem suportar se colocar ao serviço de coletividades vivas, histórica e culturalmente diferenciadas. (SOUZA LIMA APUD BRANDÃO, 2007, p. 270)

O autor refere que podemos nos beneficiar com a riqueza simbólica que nos é oferecida por esta experiência de convivência com estudantes indígenas, porém chama atenção para a invisibilidade dos mesmos diante de alguns professores e colegas. Um indígena fez referência a esta invisibilidade quando o professor o chama de “Chinês”.

Existem ainda as dificuldades com línguas estrangeiras e inclusão digital pois, o acesso desses indígenas a cursos de línguas, ou mesmo aos computadores antes de entrarem na Universidade é bastante restrito. O desempenho acadêmico fica prejudicado porque vários textos exigidos nos cursos são escritos em inglês ou espanhol. Em 2008 os alunos iniciaram curso de inglês pelo Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão (NELE) da UFRGS, porém não tinham conhecimento suficiente para acompanhar a turma e desistiram.

Os alunos indígenas referiam a vontade de fazer aulas de língua estrangeira e também de introdução à informática com um grupo pequeno e que estivesse num nível básico de conhecimento, no período noturno ou aos sábados. O curso de inglês para estudantes indígenas está em andamento desde 2008 com bolsistas do curso de Letras desta instituição e, desde o primeiro semestre de 2009, estão disponíveis na Casa do Estudante, localizada no campus central da UFRGS, bolsistas e microcomputadores para atendimento destes estudantes na área de informática.

3. O Estar Ameríndio

(...) Por um lado, no decorrer de uma mesma existência, cada um muda diversas vezes. Variações, modificações, conversões, revoluções, inúmeros são os termos que traduzem essas mudanças. (MAFFESOLI, 1996, p. 303)

A curiosidade foi inicialmente a minha motivação para participar de uma saída de campo na véspera do Dia dos Índios até a comunidade indígena Kaingang, em São Leopoldo, localizada na Grande Porto Alegre. Existia o desejo de reconhecimento ou “tentativa” de reconhecimento desta cultura.

Ao sermos recebidos pelo professor da comunidade, que é também estudante do curso de pedagogia da UFRGS, foi-nos apresentada a programação, que segundo ele, seria seguida conforme determinação da Pajé, que mora há quatro meses na comunidade.

Fiquei surpresa com este encaminhamento porque no dia anterior, em sala de aula, havia sido falado que há alguns anos não se vê o Pajé, que é o curandeiro portador de poderes ocultos nas comunidades, e sim a figura do Karáí, que segundo Menezes (2008) é um educador que orienta toda a comunidade, dentro de um papel diferenciado.

A Pajé, uma senhora de setenta anos saudou os visitantes em sua “casa no mato”, local para fazer as consultas e contou um pouco sobre a tradição indígena, a forma como as mulheres dão à luz aos filhos, os primeiros cuidados, como são tratados os doentes na comunidade e de onde são trazidos os remédios.

A ciência atual não busca mais uma visão do mundo totalmente explicativa, o que produz é parcial e provisório. A ciência confronta-se com uma realidade incerta, de fronteiras imprecisas e mutáveis, estuda “o jogo dos possíveis”, explora o complexo, o imprevisível e o inédito. (BALANDIER, 1997, p.10)

A comunidade vive neste local há dois anos, e a Pajé faz rodízio entre as comunidades no Estado para ensinar, repassar os conhecimentos e experiência aos mais jovens. Sua neta acompanhou o ritual que se seguiu, entregando as senhas para as consultas, e a Pajé repetia várias vezes: “Hoje e amanhã é grátis, depois tem que pagar para poder trazer os remédios que vem de outras cidades, porque tem despesas com motorista e gasolina.”

Outra situação que de certa forma me causou estranheza, foi quando uma criança com síndrome de down se aproximou e dizia “papa”, insistentemente. Como era a primeira vez que eu visitava a comunidade, detinha-me a observar. Um grupo de indígenas fazia sua refeição ao ar livre, com churrasco, saladas variadas, aipim cozido, arroz. A criança parecia estar com fome e me pedia comida, mas no dia anterior em sala de aula ouvi que nas comunidades indígenas os adultos não servem as crianças, elas se servem sozinhas.

Disse então para a criança ir pegar a comida junto aquele grupo que estava fazendo a refeição ao ar livre. Eram indígenas e alguns visitantes. A criança foi até o grupo, voltou e continuou pedindo “papa”. Foram várias tentativas para entender o que acontecia. A criança chegou a ir buscar um prato, mas o grupo que comia ignorava-a. Mais tarde o professor da comunidade veio nos chamar para comer: “A nossa comida será {servida} na escola.” Lá a criança foi finalmente servida.

Os grupos indígenas não se misturavam aos visitantes, tampouco entre eles, enquanto alguns nem saíam de suas casas. Fizeram suas refeições independentes, alheios aos visitantes, que eram membros da Pastoral da Criança, alunos de uma escola de ensino fundamental de Novo Hamburgo e alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4. Considerações sobre o Eu e o Outro

...o eu é feito pelo outro, em todas as modulações que se pode dar a essa alteridade. Esse outro poderá ser Deus, a família, a tribo, o grupo de amigos, e,... esses “outros” que pululam em mim. (MAFFESOLI, 1996, p. 306)

A oportunidade de conviver com a diversidade que temos hoje na Universidade, nos oferece possibilidades, novos desafios e leva-nos a pensar sobre a nossa postura diante das situações e das pessoas, fazendo com que percebamos nossas visões “fechadas” e cheias de “certezas”.

Desta forma às vezes defendemos posições e apresentamos pensamentos sobre o outro, de forma preconceituosa e equivocada. Surpreendemos-nos com diferenças culturais, e muitas vezes não as respeitamos, mesmo quando temos a intenção de defendê-las, talvez porque não as compreendamos como afirmam Duschatzky e Skliar:

O outro diferente funciona como o depositário de todos os males, como o portador das falhas sociais. Este tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre: a violência, do violento: o problema de aprendizagem, do aluno: a deficiência, do deficiente: e a exclusão, do excluído. (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001, p. 124)

Através desta inclusão de estudantes indígenas, autodeclarados negros e egressos do ensino público na Universidade, tenho pensado de que forma devo me apresentar ao outro, como devo ouvir o outro e também, como posso me referir a este outro?

Entrarmos no mundo do outro, sermos objetivos sem sermos neutros, como refere Souza Santos (2001) é tão importante quanto estarmos preparados para nos deixarmos surpreender pela realidade. Percebermos que o outro não está contido nas nossas teorias e preconceitos, mesmo que isto nos cause um estranhamento.

Esta experiência de repensar o “outro” tem sido recorrente com a implantação do sistema de reserva de vagas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tanto para os técnicos, quanto para os docentes e estudantes desta Instituição.

...temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SOUZA SANTOS, 2003, p. 56)

Para a permanência na Universidade durante o tempo mínimo de quatro ou cinco anos previstos para conclusão dos cursos, foram identificadas a partir de pesquisas realizadas em 1997 e em 2004 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), dificuldades socioeconômicas encontradas por uma parcela significativa (14%) do segmento estudantil, que desencadeavam a evasão e retenção na universidade, mesmo antes da implantação do Programa de Ações Afirmativas.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovado em dezembro de 2007, prevêem ações para manutenção de moradia, alimentação, permanência, transporte, saúde, lazer e cultura primordiais para evitar a evasão e retenção nas universidades.

O objetivo de oportunizar o ingresso de pessoas em desigualdade de condições na Universidade tem sido bastante questionado por advogados e pela sociedade em geral, porque ocorreu o ingresso de estudantes que já haviam concluído outro curso de graduação, já estavam inseridos no mercado de trabalho, ou que possuem nível socioeconômico satisfatório.

Vários processos estão em andamento solicitando a exclusão de candidatos cotistas, negros e egressos do ensino público, para o ingresso daqueles que não conseguiram vaga no acesso universal. As dez vagas ao ano para os estudantes indígenas foram acrescentadas ao processo seletivo e de certa forma têm sido aceitas, sem grandes questionamentos e processos.

Atualmente existe uma grande preocupação com o desempenho de estudantes cotistas, mas o índice de retenção em algumas disciplinas já existia e o índice de reprovação entre os calouros também é bem grande. A adaptação às exigências de um curso de graduação e ao ritmo da universidade demanda algum tempo, isto já acontecia antes da implantação do sistema de reserva de vagas.

Muitos alunos cotistas reclamam que não conseguem acompanhar os conteúdos das disciplinas e que estão em desigualdade de condições com relação a quem estudou em escolas privadas. Segundo Jacques Velloso (2008, p. 4), em pesquisa realizada na UnB, a evasão de não-cotistas é maior (16%) do que a de cotistas (9%), mas ele não se surpreende porque considera que “os cotistas aprovados constituem uma elite social em seu segmento, ainda que uma segunda elite quando comparada à dos não-negros universitários”.

Portanto, serão necessários vários mecanismos que vão além da oportunidade de ingressar em uma universidade que possibilitem a permanência e o êxito destes estudantes na vida acadêmica.

5 – Referências Bibliográficas

Balandier, Georges. *A desordem*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1997

Bergamaschi, Maria Aparecida. *Nhembo'e : enquanto o encanto permanece! : processos e práticas de escolarização nas aldeias Guaraní*. 2005. 272 f.

Duschatzky, Skliar. *O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação*. In Larrosa e Skliar. *Habitantes de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Souza Lima, Antonio Carlos de. *Educação superior para indígenas no Brasil: sobre cotas e algo mais*. In: Brandão, André Augusto (org.) *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

Maffesoli, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Menezes, Ana Luisa T. *Educação guarani: compartilhando saberes, construindo conhecimento*. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida. (Org.). *Povos indígenas & educação*. 1 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008, v. , p. 61-72.

Oliven, A. C. *Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil*. Educação (Porto Alegre), Porto Alegre - RS, v. 61, p. 29-51, 2007

Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2007. Ministério da Educação. Brasil.

Presidência da República Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002.

REUNI. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Souza Santos, Boaventura de. *Seis razões para pensar*. Lua nova. Revista de Cultura e Política, nº 54, 2001.

Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade In: Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conselho Universitário, Decisão nº 134/2007.

Veloso, J. In Marques, F. *Ação afirmativa em debate*. Revista FAPESP, abril 2008, edição impressa 146.